

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICIPIO DE ITARANA DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IMPUGNAÇÃO - com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 115/SGAF/2024

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.,
inscrita no CNPJ n.º 05.340.639/0001-30, com sede na Rua Calçada Canopo, n.º 11 - 2º
Andar - Sala 03 - Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba/SP - CEP: 06541-
078, e-mail: juridico@primebeneficios.com.br e
noely.rodrigues@primebeneficios.com.br, por intermédio de sua procuradora subscrita
in fine, vem, respeitosamente, **IMPUGNAR** o instrumento convocatório, consoante
motivos a seguir determinados:

www.primebeneficios.com.br

Rua Calçada Canopo, 11 | Sala 03 - Andar 2 - Centro de Apoio II
Alphaville - Santana de Parnaíba-SP | CEP: 06541-078

(11) 4154-2398

I - DOS FATOS E DAS RAZÕES

Está prevista para o dia 21/01/2025, às 09h00, a abertura do Pregão Eletrônico n.º 90001/2025, para o seguinte objeto:

- 1.1. *Prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis da frota de veículos oficiais e outros equipamentos pertencentes ao município de Itarana, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência anexo I deste Edital.*

Em detida análise ao edital constatou-se **ilegalidades** que afrontam o Comando Constitucional que determina a realização de procedimento licitatório, estando em desacordo com o que determina a legislação sobre o tema, contendo cláusulas exorbitantes que não condizem com os princípios administrativos presentes na Constituição Federal.

II- DO PREÇO DO COMBUSTÍVEL VINCULADO À MÉDIA ANP

O edital, no item 5.7.2., estabelece que o preço dos combustíveis a ser pago pela Administração será obtido a partir do desconto ofertado sobre o valor médio semanal divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), aplicável ao município de São José dos Campos.

- 5.7.2. *Os valores unitários dos combustíveis na rede credenciada de estabelecimentos terão como limite o preço médio ao consumidor do mês em que ocorreu o abastecimento conforme a tabela da Agência Nacional do Petróleo para o município de Colatina ou o da bomba, se for menor que o informado pela ANP;*

Inicialmente, cumpre destacar que a ANP não atua como órgão regulador de preços de combustíveis, mas apenas realiza levantamentos informativos baseados em amostragens sobre os preços praticados no mercado.

Esses levantamentos, vale ressaltar, possuem caráter estatístico e refletem apenas a média de preços coletados em postos selecionados de forma aleatória, podendo abarcar, em determinados casos, um único estabelecimento em uma localidade. Não configuram tabelamento, nem fixam preços máximos ou mínimos obrigatórios para o mercado, como esclarece a própria Nota Técnica SDR/ANP n.º 068/2018, que reforça a inexistência de qualquer interferência regulatória nos valores praticados, vigorando o regime de liberdade de preços no setor.

Diante disso, a utilização da tabela de preços da ANP como parâmetro vinculativo no contrato apresenta-se indevida. Não há respaldo legal que ampare tal imposição, que fere a liberdade de preços garantida aos estabelecimentos comerciais e introduz uma obrigação ilegítima à Contratada.

A exigência de comercialização de combustíveis com base no preço médio da ANP impõe, de forma indevida, uma obrigação de cumprimento dependente da adesão voluntária de terceiros – os postos credenciados. Essa condição afronta a Súmula nº 15 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que veda a exigência de compromisso de terceiros alheios à disputa em procedimentos licitatórios.

Ademais, a vinculação ao preço médio da ANP desconsidera as nuances do mercado de combustíveis, que é caracterizado por sua volatilidade e variações regionais significativas.

Não há como assegurar que os postos credenciados aderirão voluntariamente à prática de preços vinculados à média da ANP, especialmente considerando que tal parâmetro não reflete a realidade operacional de grande parte dos

estabelecimentos. Ao impor tal vinculação, o edital incorre em violação ao princípio do equilíbrio econômico-financeiro, prejudicando gravemente a equação contratual.

A manutenção dessa exigência transfere à gerenciadora de frota o ônus de suportar eventuais diferenças entre o preço praticado pelos postos e a média ANP, configurando uma obrigação desproporcional. O impacto dessa prática sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato é inegável, uma vez que as diferenças de preço podem atingir proporções que inviabilizem a continuidade da prestação dos serviços contratados, gerando desequilíbrio contratual flagrante.

Além disso, a utilização da média da ANP como limitador encontra entraves operacionais que inviabilizam a execução plena e eficiente do contrato. Muitos postos credenciados não aceitam operar com base na referida tabela, o que resulta na redução significativa do universo de fornecedores disponíveis. Essa limitação restringe o universo de fornecedores, aumenta custos operacionais e reduz a eficiência dos serviços, contrariando os princípios de economicidade, vantajosidade e eficiência que regem os contratos administrativos.

Por outro lado, o ordenamento jurídico não confere legitimidade ao uso da tabela da ANP como parâmetro contratual. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos não contempla tal previsão, sendo que os princípios gerais de direito repudiam condutas que possam acarretar o desequilíbrio da relação contratual ou onerar de forma desproporcional uma das partes envolvidas.

Diante de todas essas razões, torna-se evidente que a manutenção da exigência de vinculação ao preço médio da ANP não apenas compromete a viabilidade do contrato, como também afronta princípios fundamentais da Administração Pública, tais como a eficiência, a moralidade, a vantajosidade e a sustentabilidade da contratação.

Como alternativa mais segura, eficiente e juridicamente adequada, sugere-se que o edital permita que os preços sejam limitados ao valor praticado no momento do abastecimento (preço de bomba). Caso se opte por manter o uso da tabela da ANP, que seja adotado o preço máximo como limitador, garantindo maior flexibilidade e mitigando os riscos de inadimplemento e prejuízos financeiros para a contratada.

A manutenção da exigência prevista no item 5.7.2. inviabiliza a execução plena e eficaz do contrato, transfere ônus excessivo às gerenciadoras de frota e desrespeita princípios fundamentais da Administração Pública. Por tais razões, requer-se a modificação dos dispositivos impugnados, garantindo a regularidade do certame e a segurança jurídica das partes.

III - DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer se digne o I. Pregoeiro a **JULGAR PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO**, a fim de proceder as seguintes alterações:

- i. Excluir os itens 5.7.2., permitindo que os preços sejam limitados ao valor de bomba praticado no momento do abastecimento;
- ii. Alternativamente, que seja adotado o preço máximo da tabela da ANP como referência, garantindo maior flexibilidade operacional;

- ii. Republicar os termos do edital, reabrindo-se os prazos legais, conforme determina a lei.

Termos em que pede deferimento.

Santana de Parnaíba/SP, 14 de janeiro de 2025.

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Emanuelle Frasson – OAB/SP 480.843